

MEMÓRIA SOTERRADA NA CIDADE MARAVILHOSA: A PRAÇA XV DE NOVEMBRO NO RIO DE JANEIRO E O PASSADO COLONIAL CARIOCA.¹

Lídia Nascimento Fateicha de Oliveira (UERJ/RJ)²

Resumo: O espaço hoje conhecido como Praça XV de Novembro - RJ abrigou o primeiro porto de chegada de pessoas escravizadas na cidade durante o período do “Brasil Colônia”, sendo marcado por um passado de violência escravista e de forte presença africana dentro da cidade. O presente trabalho tem por objetivo analisar e tensionar as narrativas de memória privilegiadas através dos monumentos e patrimônios históricos que se encontram na praça. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da interface que se estabelece entre memória coletiva, espaço urbano e patrimônio, bem como pesquisa documental acerca do espaço da Praça XV de Novembro. O trabalho demonstra que este espaço abriga monumentos que remetem a figura militar e a coroa portuguesa com centralidade em meio a sua paisagem. Bens históricos que reforçam a figura do império português no local foram tombados posteriormente como patrimônio, enquanto a forte presença africana no passado do local se manteve “esquecida” em meio a esses processos. A presença negra passou a ser representada ali por meio da estátua à João Cândido (almirante negro), porém ela ocupou uma posição secundária em meio a disposição espacial dos monumentos e foi removida do local em 2022. A pesquisa aponta, assim, que o espaço da Praça XV de Novembro possui um passado de trauma social ligado a escravidão que não vem sendo problematizado e nem ao menos tensionado efetivamente no local. Os suportes de memória presentes ali reforçam em sua paisagem um ideal de colonialidade, mantendo as memórias negras e os conflitos sociais silenciados a fim de transmitir uma imagem harmoniosa da cidade.

Palavras-chave: Memória social; Trauma; Cidade.

Introdução

O presente trabalho tece uma análise dos monumentos e patrimônios históricos tombados que se encontram na Praça XV de Novembro, localizada na área central do Rio de Janeiro. Sendo esta Praça um local que teve papel central na história da cidade, o trabalho pretende demonstrar como a narrativa da memória coletiva mobilizada ali por meio dos monumentos presentes nela contribuem para a cristalização e posituação de uma herança colonial, enquanto mantém as memórias traumáticas ligadas a escravidão silenciadas. O trabalho levanta a hipótese de que a Praça XV poderia ser enquadrada na categoria de “difíceis lugares fáceis” organizada por Cymbalista (2019), já que esconde um passado de violência social que não vem sendo problematizado através dos suportes da memória dispostos ali.

Tendo em vista que o debate sobre memória social atravessa nossas discussões e

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ). Bacharel em Produção Cultural pela UFF. E-mail: lidiaoliveira.uerj@gmail.com.

análises, o trabalho apresenta primeiramente os principais conceitos ligados ao tema, a partir de alguns autores clássicos do campo. Posteriormente o trabalho se desenvolve sobre o foco de discutir os entrelaces entre memória coletiva, espaço e trauma, ao apresentar as transformações que o espaço da Praça XV sofreu ao longo dos anos e as tensões sociais que permearam o seu passado. Por fim, analisamos os monumentos e bens históricos presentes atualmente na Praça, a fim de investigar quais narrativas sobre o passado vem sendo contadas neste espaço.

1. Memória coletiva e disputas simbólicas.

Em seu trabalho “Memória Coletiva” (1990), Halbwachs apresenta a memória como um fenômeno inerentemente social. Para o autor, mesmo as lembranças individuais manteriam uma relação com o coletivo, já que os pontos de referência que ancoram essas memórias seriam compartilhadas com outras pessoas que vivenciam um mesmo contexto. Além disso, a própria linguagem, que é um meio de materialização da memória, é tida como um constructo social, estabelecendo novamente a relação entre o indivíduo e o coletivo, na percepção do autor (HALBWACHS, 1990).

Outro conceito importante apresentado por ele é o de “memória coletiva”, que trata daquelas memórias pertencentes, preservadas e transmitidas por determinados grupos. Esse fenômeno geraria a construção de um patrimônio de memórias comunitárias, que por meio de processos de seleção e descarte seriam organizadas ao longo do tempo. A memória individual sempre estaria numa relação com essa memória coletiva para Halbwachs (HALBWACHS, 1990).

De forma complementar, Pollak (1989, p. 4) reflete sobre o tema da organização das memórias coletivas a partir de uma perspectiva que focaliza o seu “caráter potencialmente problemático”. O autor traz à luz as disputas que surgem em torno das narrativas sobre a memória coletiva, sendo um referencial que serve à compreensão das tensões que surgem principalmente em contextos de dominação e subalternização de grupos dentro de uma sociedade.

Pollak (1989) nos apresenta como as “memórias oficiais”, organizadas coletivamente a partir de narrativas que forjam a ideia de uma “memória verdadeira e única”, poderiam ser colocadas à prova pelas “memórias subterrâneas”. Estas últimas seriam memórias coletivas que permanecem silenciadas e inaudíveis em um processo de disputa por reconhecimento no espaço público, mas que acabam emergindo em momentos propícios como um grito de reivindicação por injustiças sofridas.

O autor demonstra que as memórias subterrâneas podem ser mantidas em silenciamento durante anos a fio, sendo este um estado característico em que estas entram por motivos de “proibição”, “vergonha” ou por serem “indizíveis” por parte dos sujeitos ou grupos que carregam essas lembranças (POLLAK, 1989, p. 8). O silenciamento dessas memórias, por outro lado, não significa que elas caem no esquecimento. Essas lembranças subterrâneas vão sendo preservadas e transmitidas dentro de “redes familiares e de amizades” até que encontrem um contexto favorável para que ressurgam. Sua emergência sempre vem atrelada a reivindicações em torno de uma reescrita da “memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 5).

Ao tratar da organização por vezes problemática das memórias coletivas oficiais, Nora (1993), indo de encontro a Pollak (1989), demonstra como na modernidade esse fenômeno se tornou cada vez mais recorrente. O processo descrito pelo autor, chamado de “aceleração da história”, trata de uma mudança na forma como as sociedades passaram a se relacionar com o passado coletivo, caminhando de “sociedades da memória” para “sociedades da história”. A diferença entre essas duas formas distintas de relação com o passado estaria no fato de uma se organizar em torno de memórias coletivas compartilhadas (sociedade da memória) e a outra (sociedade da história) em torno de uma história oficial globalizante. Essa diferença fica mais explícita quando Nora (1993) apresenta as diferenças entre o que chama de “memória” e “história”.

A memória, para ele, seria um fenômeno vivo, compartilhado e carregado por um grupo através dos processos de transmissão oral de certas lembranças, sendo sempre construída e reconstruída numa relação entre o presente e o passado, a partir de um jogo entre preservação e esquecimento. Essa “memória” carregaria também uma relação afetiva e simbólica com o grupo a qual pertence. Em contramão, para o autor, a “história” seria uma reconstrução ou uma representação problemática e incompleta do passado. Ao contrário da memória, a história não perpassaria afetivamente o grupo que ela representa, já que seu efeito seria globalizante e universal. Como o próprio autor nos diz, a “história (...) pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal” (NORA, 1993, p. 9).

As sociedades que vivem sob o signo da historicidade, passaram e passam por um processo de fim dos grupos de memória. A construção da “história” captura parte de uma memória coletiva, destitui a lembrança de seu simbolismo e de sua vivacidade a fim de criar uma relação não mais orgânica entre presente e passado, sobrando apenas uma representação do passado (NORA, 1993).

Essa transformação que nos é apresentada por Nora (1993) na forma de relação com

o passado mantida pelas sociedades modernas reforça a problemática já discutida por Pollak (1989), que diz respeito à organização e imposição de uma narrativa dominante sobre o passado coletivo. Essa problemática é ressaltada pelo autor (NORA, 1993, p. 9) quando nos relembra que “há tantas memórias quanto grupos que existem”, porém, a história seleciona uma memória particular e a elege como verdadeira e única³.

A organização e transmissão de uma memória/história oficial sem falhas e representante de uma verdade sobre o passado coletivo, por vezes, serve a objetivos políticos e ideológicos específicos, contribuindo para perpetuar narrativas hegemônicas que silenciam e ocultam passados de violência e dominação gerados dentro de contextos ditatoriais, coloniais e de escravização. Essas escolhas narrativas sobre a memória coletiva tem implicações óbvias sobre o presente e também sobre o futuro.

A organização de uma memória coletiva, especialmente a das “memórias oficiais”, passam por um “trabalho de enquadramento”, ou seja, por uma escolha de quais memórias coletivas serão preservadas ou ocultadas na construção de uma narrativa oficial. Esse processo é feito não só a partir do controle de uma narrativa ou na “produção dos discursos”, mas também a partir de objetos materiais públicos, como estátuas, praças públicas, monumentos, museus, entre outros. Essas escolhas sobre os objetos públicos acabam compondo uma narrativa visual e simbólica de um determinado espaço, organizando assim a memória coletiva de uma sociedade (POLLAK, 1989, p. 9-11).

A ideia de que a memória coletiva passa por uma espécie de “enquadramento” (POLLAK, 1989) é importante para refletirmos acerca do conceito de “lugares de memória” de Nora, que por definição carregam aspectos “materiais”, “simbólicos” e “funcionais” e cumprem com o objetivo de ancorar as lembranças coletivas (NORA, 1993, p. 22). Nora demonstra que esses objetos, mesmo que aleatórios nas relações que estabelecem uns com os outros, podem se relacionar a partir de “identidades diferentes” formando um conjunto coeso e, dessa maneira, servindo como “uma organização inconsciente da memória coletiva” (p. 27).

Podemos argumentar que esses “lugares de memória” também passam por um trabalho de “enquadramento”, que pode ser percebido quando analisamos como certas escolhas são feitas nos processos de construção de objetos públicos numa cidade, nos seus aspectos urbanísticos ou até mesmo na escolha de quais datas serão marcadas como comemorativas ou não (NORA, 1993; POLLAK, 1989).

³ Como Nora bem afirma em tom de contestação, os grandes historiadores não carregavam consigo o sentimento de que representavam apenas uma memória particular, ou o que podemos chamar aqui de uma das versões da história, porém acreditavam que seu papel era o de positivar uma história, construir uma história “globalizante” e “explicativa”, uma história oficial verdadeira (NORA, 1993, p. 10).

Tendo em vista que este trabalho visa refletir sobre as narrativas sobre o passado coletivo que atravessam hoje o espaço da Praça XV de Novembro - RJ, ele se relaciona intimamente com as discussões trazidas acima porque procura compreender o enquadramento da memória coletiva que é feito nesse espaço da cidade. Entendendo que a Praça XV é um lugar de memória difícil ou traumática, assunto que será melhor abordado no próximo subtópico, o trabalho também procura compreender quais as memórias coletivas foram silenciadas em meio a esse processo de “enquadramento”.

2. Cidade, memória e trauma.

Halbwachs (1990, p. 131) demonstra que o “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros”, sendo os objetos e espaço material responsáveis por conferir uma imagem de “permanência” e “estabilidade” para o ser humano. Assim, o espaço e sua organização possuem influência e papel fundamentais quando o assunto é a organização das memórias coletivas.

A memória coletiva organizada a partir dessa materialidade dos espaços de uma cidade, por exemplo, constrói uma narrativa visual e simbólica que possui forte influência sobre o imaginário social dos indivíduos e grupos ali presentes. Também é possível pensar que pelo espaço da cidade congregar de forma espelhada as relações sociais por vezes conflituosas que se estabelecem entre os grupos sociais que a compõem, há também na formação desses espaços lugares carregados de tensão, que exprimem e refletem memórias coletivas traumáticas.

De início, é importante destacar que o termo “trauma” é entendido no campo da psicanálise como um evento que corresponde a um “choque violento”. No entendimento desse campo de estudos, uma vivência traumática comporta mais de um sentido. O trauma poderia gerar consequências psíquicas positivas ou negativas, as positivas dizem respeito a capacidade que um trauma possui enquanto uma potência geradora de mudanças, já as negativas correspondem a um efeito paralisante que impede mudanças na vida do indivíduo (CIDADE, ZORNIG, 2016, p. 30).

Acerca dos processos considerados negativos do trauma, destacamos que “um evento traumático dificulta a construção de narrativas acerca do ocorrido” (CIDADE, ZORNIG, 2016, p. 30). Quando tratamos de uma memória coletiva traumática é difícil elaborar uma reconstituição dos fatos, já que o processo de obtenção de “testemunhos do passado” fica impossibilitado (SANTOS, 2013, p. 63).

Nesse sentido, pensando em eventos traumáticos que marcam um grupo, é

importante salientar ainda que o trauma não se finda com a morte dos sujeitos que os vivenciaram. Hirsch (2008), ao estudar os danos causados pelo holocausto nos filhos de pessoas sobreviventes dos campos de concentração, procura demonstrar como essas memórias coletivas são passadas de uma geração para a outra⁴. Em seu trabalho, Hirsch (2008 apud SANTOS, 2013, p. 63) apresenta o conceito de “pós-memória” para definir essa “relação entre presente e passado que é realizada não pela lembrança, mas por um investimento imaginativo e criativo” das gerações subsequentes.

Apesar da “construção de memórias coletivas em torno de feridas históricas [ser] sempre complexa” (SANTOS, 2013, p. 65), esta é uma tarefa necessária. Conforme aponta Sodaro (2019), ao tratar sobre a emergência da construção de museus memoriais no século XX, o ato de “lembrar” eventos traumáticos pode estar intimamente relacionado à promoção dos direitos humanos. A autora aponta dois pressupostos que reforçam esse argumento: o primeiro está relacionado à ideia de uma “ética da memória”, que se traduz pelo dever moral de lembrar e reconhecer as vítimas de certa violência sofrida; e o segundo diz respeito a um efeito da memória coletiva enquanto um “antídoto contra violências futuras” (SODARO, 2019, p. 212-213). Dessa forma, lembrar desses eventos significaria um movimento de reparação às vítimas e um ato de prevenção à violências futuras, um “lembrar para não se repetir”.

Sendo esses movimentos de rememoração de um passado traumático necessários e cada vez mais recorrentes, é importante que estes sejam alvos de reflexão e análise crítica. Tomando como recorte os monumentos e espaços públicos de uma cidade, ressaltamos novamente que esses “lugares de memória” (NORA, 1993), inclusive os que remetem à passados de trauma, passam por “enquadramentos de memória” (POLLAK, 1989) que refletem escolhas políticas e ideológicas dentro de uma disputa que coloca em jogo questões do presente e do futuro.

Nessa perspectiva, nos interessa o trabalho organizado por Cymbalista (2019), chamado de o “Guia dos lugares difíceis de São Paulo”. A proposta do trabalho é ser um guia turístico que apresenta a cidade a partir de uma perspectiva pouco usual, focalizando em apresentar ao leitor lugares que carregam “dificuldades, desafios, traumas e lutas” dentro do território de São Paulo. O guia tem o objetivo de contribuir para a compreensão das “diversas camadas de tensões e disputas, as desigualdades e até mesmo as tragédias que marcaram o passado e o presente”, sendo o olhar sobre esses espaços extremamente

⁴ A autora procura demonstrar como que esses filhos passam a ter uma memória do holocausto mesmo que não tenham vivenciado a experiência. Essa transmissão, segundo Hirsch (2008 apud SANTOS, 2013), ocorreria não pela narração da experiência dos pais para os filhos, mas muito mais pela transmissão das sensações e emoções, a pesquisadora investiga esse processo de transmissão a partir das fotografias, poesias e performances rituais.

relevante para gerar reflexões acerca de problemas sociais latentes, como por exemplo, os da violência e preconceito (CYMBALISTA, 2019, p. 7).

Uma categoria do Guia, em especial, nos chama atenção pela relação que estabelece com a discussão que será apresentada no tópico subsequente, que é a categoria dos “difíceis lugares fáceis”. Estes seriam lugares ilusoriamente “fáceis e bem resolvidos”, mas que “escondem processos de repressão ou apagamento, ou cristalizam narrativas que precisam ser problematizadas e desafiadas” (CYMBALISTA, 2019, p. 10).

Ao nosso ver, o objeto de discussão deste trabalho, a Praça XV de Novembro, localizada na área central do Rio de Janeiro, se enquadra na categoria dos “difíceis lugares fáceis” (CYMBALISTA, 2019), devendo ser alvo de problematizações acerca do enquadramento narrativo escolhido para esse espaço, que carrega uma memória coletiva de trauma e violência. Esta é a tarefa que tentaremos nos deter a partir da próxima seção deste trabalho.

3. A cidade do Rio de Janeiro e a Praça XV de Novembro.

A Praça XV de Novembro fica localizada na rua Primeiro de Março, no centro da cidade. A Praça abriga a parada Praça XV do VLT Carioca e a Estação Praça XV das Barcas, que liga o Rio de Janeiro à Niterói e a Ilha de Paquetá, sendo um ponto de grande circulação diária de pessoas.

Essa região que conhecemos hoje por Praça XV de Novembro tem sua origem a partir dos sucessivos aterros realizados sobre a Baía de Guanabara entre a primeira metade do século XVII e início do século XX. A região foi oficialmente nomeada durante grande parte do período colonial como “Rocio do Carmo” ou “Terreiro do Carmo”, por ficar próxima à Igreja e ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. O local também circulava entre a população durante os anos de 1600 pelo nome “Terreiro da Polé”, remetendo à existência de um pelourinho onde pessoas escravizadas eram violentamente castigadas em pleno espaço público. Essa região do “Terreiro da Polé” ou “Rocio do Carmo” ficava entre os morros do Castelo e de São Bento, lugares em que chegavam embarcações de mercadorias e também pessoas escravizadas vindas do continente africano, abrigando assim um porto importante em meio a história escravista do Rio de Janeiro colonial (PIMENTEL, 2017).

No século XVIII, a região do até então chamado “Rocio do Carmo” passou a abrigar a “Casa dos Governadores”, prédio que conhecemos hoje como o “Paço Imperial”, construído entre 1738 e 1743. Esse mesmo prédio passou a se chamar de “Paço dos

Vice-Reis” quando a cidade do Rio de Janeiro se tornou a capital da colônia, em 1763. Nesse período, a região do terreirão, chamando-se agora oficialmente por “Largo do Paço”, passou por uma série de investimentos que promoveram a valorização do local, começando por obras empreendidas pelo vice-rei Luís de Vasconcelos, das quais podemos destacar a construção de um cais e um chafariz (chafariz do Mestre Valentim) com objetivo de facilitar o desembarque de passageiros e a coleta de água para abastecer navios. Posteriormente, outras construções foram empreendidas na região pela família Barreto Teles de Menezes, das quais restou até os dias de hoje apenas o “Arco do Teles” (PIMENTEL, 2017).

Com a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808, o até então “Paço dos Vice-Reis” (atual Paço Imperial) foi o local onde a família se abrigou logo de início, sendo o seu nome mudado no período para “Paço Real”. O grande evento que foi a chegada dessa família no local fez com que o “Largo do Carmo/Paço”, junto aos estabelecimentos comerciais que ali funcionavam, passassem por modificações estéticas de modo que pudessem corresponder a uma certa “imagem da realeza”. Em 1870, o local mudou de nome novamente, agora para “Praça D. Pedro II”, sendo somente conhecida pelo nome que tem hoje a partir da proclamação da república, que ocorreu em 15 de novembro de 1889, sendo o seu nome referência a esse evento histórico (PIMENTEL, 2017).

A partir dessa breve reconstrução das mudanças sofridas ao longo de tanto tempo no espaço conhecido hoje como Praça XV de Novembro, podemos notar que esse local manteve centralidade no processo de desenvolvimento da cidade e marcou dinâmicas importantes dentro do contexto do Brasil Colônia e Império, dos quais podemos destacar: 1) o uso do local no desembarque de mercadorias e pessoas escravizadas na cidade até 1769, quando essa função é transferida para o Cais do Valongo⁵; 2) o fato do local e seu entorno terem sido um importante centro econômico e comercial ao longo da história da cidade; 3) a centralidade enquanto um lugar de poder político que o local recebeu ao longo de períodos do Brasil Colônia e Brasil Império, sendo palco para eventos históricos importantes.

Dessa maneira, torna-se indiscutível que a Praça XV seja considerada um lugar de importância histórica. Porém, é necessário ressaltar ainda que esse local representa um lugar de memória coletiva traumática, na medida em que os terrores da violência escravista sofridos por pessoas africanas em sua chegada como mercadorias na cidade estejam

⁵ Segundo Pereira (2007 apud OLIVEIRA, 2019, p. 239), a transferência do Porto de escravizados para o região do Valongo, na Saúde/Gamboa, se deu por conta da “queixa da elite local sobre o trânsito de escravizados nus, a venda de escravizados na atual rua Primeiro de Março e toda a tensão que isso gerava”, desse modo foi feita a transferência para o bairro da Gamboa, tornando-se o Cais do Valongo “o maior porto de escravizados do planeta”.

totalmente atrelados ao passado deste local, já que ele abrigou o primeiro porto da cidade e também um pelourinho. Mas como o passado do local vem sendo narrado a partir dos suportes de memória que carrega hoje?

A Praça XV carrega em seu espaço o prédio do Paço Imperial e o palácio Tiradentes, além disso, possuía até 2022 quatro monumentos: o Chafariz do Mestre Valentim; a Estátua Equestre de Dom João VI, a Estátua Equestre do General Osório e o monumento à João Cândido, o almirante negro.

O Chafariz do Mestre Valentim e o prédio do Paço Imperial são construções históricas muito antigas no local, ambas datam o período colonial do Brasil, o primeiro servindo com o objetivo abastecer embarcações que chegavam na região do Largo do Carmo (atual Praça XV) e o segundo tendo papel central em diversos momentos históricos relacionados a família real portuguesa.

A primeira estátua a surgir junto a essa composição da Praça XV foi o monumento à General Osório, obra do escultor mexicano Rodolfo Bernardelli inaugurada em 1894. A estátua composta por um pedestal revestido de granito representa o militar Manuel Osório montado em um cavalo, com sua espada em mãos. A estátua foi erguida em homenagem a Osório devido a sua figura ser considerada importante para o Exército brasileiro, já que participou dos principais eventos militares do fim do século XIX e teve importante papel para a vitória brasileira na guerra da tríplice aliança, entre 1864 e 1870 (INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS, c. 2015). A estátua imponente fica localizada em uma área central da Praça XV.

A estátua equestre de Dom João VI, rei português que governou e viveu no Brasil de 1808 a 1821, foi a segunda a ser colocada na área da Praça XV de Novembro. A estátua, inaugurada em 10 de junho de 1965, foi doada por Portugal à cidade do Rio de Janeiro no 400º aniversário da fundação da cidade, com o objetivo de homenagear o rei português, sendo essa estátua uma réplica idêntica à que existe na Praça Gonçalves Zarco em Porto - Portugal. A estátua, feita em bronze, é estabelecida em cima de um pedestal de concreto, tendo cerca de 3 metros de altura (INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS, c. 2015). Nela é figurada a imagem de Dom João VI em cima de um cavalo, o dominando com a mão esquerda, enquanto em sua mão direita carrega um globo terrestre com uma cruz fincada.

A última estátua a vir a compor este quadro foi a estátua em homenagem a João Cândido, o almirante negro. A obra, do escultor Valter Brito, foi doada à cidade do Rio de Janeiro pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e homenageia João Cândido, marinheiro negro líder da revolta da chibata em 1910 (INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS, c. 2015). O monumento foi inaugurado

originalmente em 2007 no museu do Catete, onde ficou sem protagonismo. Em 2008, ele foi instalado na Praça XV, onde permaneceu até outubro de 2022.

Na Praça XV, a estátua em homenagem a João Cândido, em bronze, ficava sobre um pedestal de concreto, representando a imagem do almirante com as vestes da marinha, segurando em sua mão direita um timão de navio. A estátua ficava localizada em um dos cantos Praça XV, ao lado da estação do VLT carioca e não possuía placa e nome de identificação.

Conforme algumas matérias demonstram⁶, em outubro de 2022 a estátua foi retirada do local para passar por uma restauração, assim como ocorreu com os demais monumentos presentes na Praça XV, tendo em vista a comemoração do Bicentenário da Independência. A partir de uma atuação conjunta da Coordenadoria de Promoção à Igualdade Racial (Cepir) e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), a gerência de Monumentos e Chafarizes da Secretaria Municipal de Conservação mudou a estátua para a Praça Marechal Âncora, onde foi reinaugurada em novembro de 2022. A mudança de local partiu de uma reivindicação de ativistas do movimento negro, tendo em vista o apagamento que a estátua vivia na Praça XV. Já no novo local, o pedestal da estátua passou a ser revestido de granito e o monumento ganhou uma placa informativa.

A partir dessa breve contextualização acerca dos objetos/monumentos dispostos na Praça XV, o primeiro ponto que podemos destacar é a falta de protagonismo que a história negra ganha na narrativa construída ali, embora ela estivesse presente o tempo todo no passado da Praça XV. Em especial após a mudança da estátua do almirante negro para a Praça Marechal Âncora, a Praça XV se tornou quase que um quadro pintado da presença Portuguesa no Rio de Janeiro, com as construções históricas remetendo ao período colonial e uma prestação de homenagem ao líder português Dom João VI.

Acerca da disposição da estátua equestre de Dom João VI, o pesquisador Denilson Oliveira (2019, p. 241) demonstra como a representação construída nela a partir da imagem de um “domínio do cavalo” e o domínio do “globo terrestre com uma cruz fincada”, representam “o rei, um homem branco, como símbolo do poder de Deus sobre a Terra”. Oliveira (2019), a partir de um diálogo com Grosfoguel (2014), demonstra ainda como esse monumento:

(...) expressa a interseccionalidade do exercício do poder masculino, da branquitude e a força da cristandade como marcas do exercício de poder da

⁶ Conforme matéria publicada no jornal O Globo em 22/11/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/11/estatua-de-joao-candido-o-almirante-negro-ganha-novo-lugar-com-maior-destaque-no-rio.ghtml>>. Último acesso em 20 de junho de 2024. Conforme matéria publicada no site da Band em 22/11/2022. Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noticias/estatua-de-joao-candido-lider-da-revolta-da-chibata-e-reinaugurada-16564670>>. Último acesso em 20 de junho de 2024.

Afirmamos de modo complementar que a primeira estátua posta ali, a de General Osório, segue por este mesmo caminho, construindo uma representação de poder de um líder branco das forças armadas brasileiras do período imperial.

Em oposição a essa inscrição do poder branco masculino no espaço através dos dois monumentos mencionados, a estátua de João Cândido no tempo em que permaneceu na Praça XV aparecia escondida atrás do VLT Carioca, de modo que sua presença passava despercebida na paisagem. As estátuas equestres se encontravam em posições centrais no local, visibilizadas, enquanto a única representação negra neste espaço ficava escondida.

Oliveira (2019) chama a atenção para mais um ponto acerca da relação desigual da disposição desses monumentos no espaço no período em que a homenagem ao almirante negro se encontrava ali. O autor ressalta que a estátua de João Cândido ficava em uma proporção muito menor do que a de Dom João VI, além de, como já mencionado, estar em um local menos visível da praça. Para o autor, esse quadro revela a construção de uma “monumentalidade que se constitui como símbolo do poder branco ocidental” (OLIVEIRA, 2019, p. 241).

Outra questão levantada por Oliveira (2019) é que a estátua de João Cândido ficava em um local onde ao fundo era possível avistar o prédio do tribunal de Justiça - Centro Administrativo, que possui em sua fachada “a imagem de [africanos] escravizados trabalhando numa grande placa de metal” (OLIVEIRA, 2019, p. 240). Assim, mesmo quando a inscrição da imagem negra se mantinha presente na Praça XV ela estava sob um regime da colonialidade, reforçada pela desvalorização da imagem do herói negro e pela representação da figura da pessoa negra em um regime de subalternização, frente as imponentes estruturas que reafirmam o poder do homem branco colonizador.

Um outro ponto que gostaríamos de destacar diz respeito à mudança de local do monumento a João Cândido. Compreendemos que esse movimento surgiu após reivindicações do movimento negro por uma maior visibilidade do monumento. Apesar de não nos determos aqui neste trabalho sobre os trâmites políticos desse processo, podemos questionar o motivo pelo qual a Secretaria Municipal de Conservação optou por transferir a estátua para uma outra praça e não para um ponto de maior visibilidade dentro da própria Praça XV.

Conforme já mencionado neste trabalho, a Praça XV é um local de grande circulação diária de pessoas, um ponto central e importante para a vida urbana da cidade. Esse fato poderia nos levar a refletir que a despeito da narrativa reforçada pela prefeitura

sobre a mudança de local servir para oferecer à estátua de João Cândido um maior protagonismo, o não reposicionamento dessa estátua de forma mais centralizada na Praça XV evitou novamente tensionar a figura negra como central na paisagem deste espaço, sendo preferível a sua transferência. Após a retirada do monumento a João Cândido, a Praça XV de Novembro volta a se constituir por completo enquanto abrigo de suportes de memória ligados à herança colonial.

A partir do que foi mencionado, é possível notar que o “trabalho de enquadramento” (POLLAK, 1989) dos “lugares de memória” (NORA, 1993) da Praça XV servem, como demonstrado, a “uma política de silenciamento visando apagar da memória às heranças negras da paisagem” (OLIVEIRA, 2019, p. 240), de modo a perpetuar os princípios da colonialidade ainda hoje.

Fonseca (2003, p. 56) reafirma a realidade do apagamento da memória negra na Praça XV a partir do olhar sobre as políticas de preservação patrimonial, demonstrando que a imagem construída a partir dos bens patrimoniais tombados enquanto “patrimônio histórico e artístico” pelo Estado não refletem a “diversidade” e muito menos “as tensões e conflitos” que fizeram parte da formação do Brasil. É o que se dá no caso da Praça XV, como bem ressaltado pela pesquisadora, que afirma que o local, com seu patrimônio histórico nacional, “evoca” o “poder real” e poder da igreja em sua importância no contexto do Brasil colonial e imperial, de forma que não reflete de modo completo o passado da Praça XV.

A Praça, embora fosse um local de muita circulação de pessoas negras durante toda a história do Rio de Janeiro, sendo considerada na primeira metade do século XIX uma “cidade quase africana”, essa realidade da memória local não é registrada nos bens tombados como patrimônio ali na Praça XV (FONSECA, 2003, p. 57). Como exemplificado por Fonseca (2003), não há nenhuma forma de placa ou menção à presença dos africanos escravizados pegando água no Chafariz do Mestre Valentim, patrimônio histórico tombado. As políticas de preservação patrimonial seguem de forma complementar contribuindo para a invisibilização da memória negra na Praça XV e além disso, reforçam a construção de uma narrativa do poder colonial português.

Portanto, constatamos que é construída na Praça XV de Novembro uma memória/narrativa oficial que reforça o silenciamento da presença negra no passado do local. Tomando como referência o trabalho de Pollak (1989), podemos afirmar que as memórias negras ligadas a Praça XV, podendo ser consideradas “memórias subterrâneas”, são mantidas soterradas por uma gama de “narrativas oficiais” sobrepostas a elas, seja através dos monumentos construídos ali, das escolhas feitas na disposição desses bens no

local ou pela própria política patrimonial, que segue reproduzindo narrativas hegemônicas de valorização da herança colonial. A narrativa oficial é construída ali de forma a transmitir uma ideia de coesão, retirando as tensões sociais que marcam a memória coletiva da Praça XV, em especial as memórias de violência e trauma.

No meio desse processo de construção da narrativa oficial, uma memória coletiva particular é capturada e transformada em História (NORA, 1993, p. 9), essa História “pertence a todos e a ninguém”, já que é apenas uma “representação problemática e incompleta do passado”. No caso da Praça XV, nem é preciso mencionar novamente o quanto a construção dessa História (NORA, 1993) ou memória dominante/oficial (POLLAK, 1989) no local é problemática, já que apaga de diversas formas a memória negra no Rio de Janeiro, contribuindo, pelo contrário, para uma glorificação da memória do colonizador.

Tendo em vista que a Praça XV carrega uma memória coletiva de trauma e violência histórica da escravidão, a tentativa de levar esses fatos ao esquecimento é parte de um projeto político e ideológico. O “enquadramento de uma memória” (POLLAK, 1989) nunca é neutro, mas serve a propósitos políticos que correspondem a disputas do presente e do futuro, sendo necessária a revisão e análise dessas escolhas feitas.

As disputas no presente tem provocado uma revisão acerca de diversos locais que remetem a história negra no Rio de Janeiro, como demonstra o caso do Cais do Valongo e os demais locais que fazem parte da “Pequena África Carioca”⁷. Se o Cais do Valongo ganha um protagonismo nesse resgate da história negra da cidade, quanto mais deveria receber essa atenção e visibilidade no debate a Praça XV de Novembro, como o primeiro ponto de chegada de pessoas escravizadas na cidade. Por isso, o trabalho de tensionamento da história e narrativa da Praça XV merece sempre estar em pauta, de modo que se possa resgatar a multiplicidade de memórias coletivas que o constroem e não se tenha apenas a memória oficial como a única forma possível de contar essa história.

Considerações finais

De forma a finalizar este trabalho, podemos ressaltar que procuramos apresentar aqui uma breve análise da construção narrativa que se realiza no espaço da Praça XV de Novembro. Constatamos que apesar do passado do local ser marcado fortemente pela

⁷ A Pequena África é um circuito histórico de memória da herança africana no Rio de Janeiro, o circuito engloba uma região que inclui os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Praça Onze e Centro. Alguns dos locais pertencentes a esse circuito, como a Pedra do Sal, o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo são reconhecidos pela sua importância histórica, sendo até mesmo tombados enquanto patrimônio. O Cais do Valongo foi reconhecido como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, em 2017.

presença negra na região, a narrativa de memória no local reforça a valorização de uma herança colonial através das construções presentes ali e de sua distribuição no espaço. Observamos que o enquadramento da memória (POLLAK, 1989) construído neste local além de silenciar as memórias negras, reproduz o ideal da colonialidade na atualidade.

Apesar da construção da memória local vender a imagem da Praça XV como um lugar “fácil”, harmonioso e de “importância histórica na formação nacional”, o que chamamos atenção através de nossa análise é que essa imagem é forjada. Na verdade, esse local é um “Difícil lugar fácil” (CYMBALISTA, 2019), que esconde uma série de tensões sociais ligadas a dominação e subalternização de grupos. Para que essa narrativa não permaneça cristalizada como hoje se observa, é necessário que a revisão e discussão das inscrições da memória coletiva no espaço sejam sempre colocadas para debate e que as formas de reprodução de um ideal da colonialidade sejam recorrentemente questionadas.

REFERÊNCIAS

CIDADE, Natália; ZORNIG, Silvia. **Trauma, temporalidade e inscrição psíquica**. In: Cadernos de Psicanálise (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 38, n. 35, p. 29-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v38n35/v38n35a02.pdf>>. Último acesso em 15 de ago. de 2022.

CYMBALISTA, Renato. **Guia dos lugares difíceis de São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2019.

FONSECA, Maria. **Para além da pedra e CAL: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. Lamparina editora, 2003. p. 56-76

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva e o espaço**. In. Halbwachs, Maurice. In. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS. **General Osório da Praça XV**, c2015. Catálogo. Disponível em : <<http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iiCOD=49&iMONU=General%20Os%C3%B3rio%20da%20Pra%C3%A7a%20XV>>. Último acesso em: 09 de agosto de 2022.

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS. **João Cândido**, c2015. Catálogo. Disponível em : <<http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iiCOD=50&iMONU=Jo%C3%A3o%20Candido>>. Último acesso em: 09 de agosto de 2022.

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS. **João VI**, c2015. Catálogo. Disponível em : <<http://inventariodosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iiCOD=51&iMONU=Jo%C3%A3o%20VI>>. Último acesso em: 09 de agosto de 2022.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo. v. 10, p. 7-28, dez., 1993.
Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>.
Último acesso em: 09 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, Denilson. **Memórias subterrâneas negras na “Pequena África”**. In: DOMINGUES, João; PRAGMÁCIO, Mário (Orgs.). Memória, patrimônio e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 229 - 268, 2019.

PIMENTEL, Márcia. **A quadricentenária Praça Quinze**. In: Multi Rio, 2017. Disponível em:
<<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13032-a-quadricenten%C3%A1ria-pra%C3%A7a-quinze>>. Último acesso em: 09 de agosto de 2022.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em:
<https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Último acesso em 15 de ago. de 2022.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva, trauma e cultura: um debate**. Revista USP, [S. l.], n. 98, p. 51-68, 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i98p51-68.
Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69270>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SODARO, Amy. **Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu**. In: Revista PerCursos, v. 20, p. 207-231, set./dez. 2019.